

Série

66

História

Dimensões do Poder

História, Política
e Relações Internacionais

Marçal de Menezes Paredes, Leandro Pereira Gonçalves
Luciano Aronne de Abreu e Helder Gordim da Silveira
Organizadores

Dimensões do Poder

História, Política
e Relações Internacionais



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial da Série História

(Editor) Leandro Pereira Gonçalves,
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Brasil

António Costa Pinto,
Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa, Portugal

Jorge Ferreira,
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Maria Helena Capelato,
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Izilda Santos de Matos,
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Brasil

Jens Hentschke,
Newcastle University,
Reino Unido

René E. Gertz,
Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Rui Cunha Martins,
Instituto de História e Teoria das Ideias/
Universidade de Coimbra, Portugal

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Jorge Luis Nicolas Audy | **Presidente**

Gilberto Keller de Andrade | **Diretor da EDIPUCRS**

Jorge Campos da Costa | **Editor-Chefe**

Agemir Bavaresco

Augusto Buchweitz

Carlos Gerbase

Carlos Graeff-Teixeira

Clarice Beatriz da Costa Söhngen

Cláudio Luís C. Frankenberg

Érico João Hammes

Gleny Terezinha Guimarães

Lauro Kopper Filho

Luiz Eduardo Ourique

Luis Humberto de Mello Villwock

Valéria Pinheiro Raymundo

Vera Wannmacher Pereira

Wilson Marchionatti

Série

66

História

Dimensões do Poder

História, Política
e Relações Internacionais

Marçal de Menezes Paredes, Leandro Pereira Gonçalves
Luciano Aronne de Abreu e Helder Gordim da Silveira
Organizadores



ediPUCRS

Porto Alegre, 2015

© EDIPUCRS 2015

DESIGN GRÁFICO [CAPA e DIAGRAMAÇÃO] Dani.Editorial

REVISÃO DE TEXTO Clea Motti

TRADUÇÃO ESPANHOL/PORTUGUÊS DO CAPÍTULO *De frente para o futuro* Clea Motti

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



Publicação apoiada pela Capes.

Esta obra não pode ser comercializada e seu acesso é gratuito.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D582 Dimensões do poder : história, política e relações internacionais [recurso eletrônico] / Org. Marçal de Menezes Paredes et al. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2015. 191 p. – (Série História ; 66).

Modo de Acesso: <<http://www.pucrs.br/edipucrs>>
ISBN 978-85-397-0715-7

1. Brasil – História Política. 2. Brasil – Relações Exteriores – História. I. Paredes, Marçal de Menezes Paredes. I. Título.

CDD 981

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Sumário

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO.....	9
A fronteira no centro	13
Rui Cunha Martins	
De frente para o futuro. O Conceito de nação nos processos de independência hispano-americana.....	29
Fabio Wasserman	
Nas origens do nacionalismo político da I República Portuguesa: o projeto da “nacionalização do Estado” e o debate jurídico e político em torno da conceção da soberania e do modelo de representação política	63
Paula Borges Santos	
Nacionalismos e política externa portuguesa no pós-25 de Abril.....	81
José Pedro Zúquete	
Nacionalismos e Impérios: o caso da Itália fascista	97
João Fábio Bertonha	
A década de 20 e a gênese das ideias autoritárias no Brasil: o jovem Francisco Campos	115
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi	
Padrões e tendências das relações internacionais do Brasil em perspectiva histórica: uma síntese tentativa	135
Paulo Roberto de Almeida	
A Questão do Acre nas Caricaturas dos Jornais Cariocas (1903-1904)	165
Luís Cláudio Villafañe G. Santos	
SOBRE OS AUTORES.....	189

Prefácio

Este livro, como muitos outros, originou-se da organização de dois seminários de pesquisa realizados na PUC de Porto Alegre, que tiveram como eixo comum os estudos ibero-americanos. Um tipo de atividade bastante frequente nos programas de pós-graduação brasileiros e também bastante frutífero, já que, aliando ensino e pesquisa, permite o contato entre graduandos, pós-graduandos, professores estrangeiros e professores nacionais de várias partes do país. Portanto, é uma estratégia que deve permanecer sendo experimentada por muito tempo e com muito proveito. Um dos resultados esperados de tais seminários costuma ser a produção de um livro que reúna um conjunto de trabalhos neles apresentados e debatidos. Nesse aspecto, este livro é como vários outros resultantes dessa rica dinâmica. Contudo, ele se diferencia de quase todos eles, ao se propor não tanto a reunir textos, mas a reorganizá-los segundo uma nova perspectiva, ela mesma produto das discussões dos seminários. Esse fato explica, a meu ver, sua estrutura bem-acabada e suas diversas contribuições, assentadas, basicamente, em um forte convite a novas reflexões.

O tema do nacionalismo é a grande marca de todos os capítulos, que se dedicam à política e às relações internacionais na história de três países: Brasil, Portugal e, em menor escala, a Itália. Essa questão clássica aparece, em boa parte desses capítulos, associada a outra, não menos instigante: a da experiência autoritária, absolutamente incontornável nesses três casos de Estados nacionais. Assim, o leitor poderá conhecer dimensões do nacionalismo português e do brasileiro, em diferentes temporalidades, além de se beneficiar de um capítulo que analisa o fascismo italiano pela via de sua política de expansão colonial. Em todos os trabalhos é possível encontrar um esforço de reflexão teórica, que se explicita nos dois capítulos iniciais do livro, dedicados, respectivamente, às categorias de nação e nacionalismo e ao conceito de fronteira, cujo(s) significado(s) é/são retomado(s) para realizar a conexão entre a política e as relações internacionais. Dessa forma, acredito que o livro renova, para o leitor, o tratamento de temas que são muito visitados, justamente por serem sempre desafiadores, sobretudo, nos estudos ibero-americanos.

Angela de Castro Gomes

Professora Titular da Universidade Federal Fluminense e
Professora Visitante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apresentação

Ao longo dos últimos anos, as diferentes linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da PUCRS têm promovido uma série de eventos, de variadas dimensões e temáticas, com o objetivo de refletir sobre suas próprias práticas de pesquisa histórica e as novas tendências nacionais e internacionais da historiografia contemporânea, tanto em termos teórico-metodológicos quanto empíricos. A esse respeito, pode-se dizer que esses eventos têm se constituído cada vez mais em importantes espaços de diálogo não apenas entre os próprios professores, pesquisadores e alunos do PPGH da PUCRS, mas também com seus pares de outras reconhecidas instituições nacionais e internacionais de pesquisa histórica, com as quais têm procurado estreitar ainda mais suas relações de parceria no campo da História.

Nesse sentido, deve-se destacar que os estudos aqui reunidos e publicados em livro são o resultado de amplas discussões ocorridas no “IX Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos” e no “Seminário Nacionalismo e Política: Brasil e Portugal”, eventos organizados pelas linhas de pesquisa “Sociedade, Política e Relações Internacionais” e “Sociedade Urbanização e Imigração” do PPGH da PUCRS. Em que pese a grande variedade e qualidade dos trabalhos então apresentados nesses eventos, que contaram com a participação de professores e alunos de instituições como Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Estadual de Maringá, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e outras, os professores atualmente vinculados à linha de pesquisa “Sociedade, Política e Relações Internacionais” do PPGH da PUCRS optaram por reunir na presente obra apenas os estudos com temáticas mais afins às questões do nacionalismo e autoritarismo, como se verá a seguir.

Rui Cunha Martins e Fabio Wasserman abordam o tema numa perspectiva mais teórico-conceitual, o primeiro sobre a fronteira, o segundo sobre a nação. O próprio título do texto sugere a riqueza da perspectiva teórica de Rui Cunha Martins – *A fronteira no centro*. Trata-se de recuperar no debate em torno da fronteira – tratada como dispositivo conceitual moderno – suas diversas funcionalidades, muito além do seu uso mais corriqueiro, como margem contrária

ao centro. A análise do autor aponta, entre outras questões, para o próprio mecanismo de ativação do limite a partir de um centro de referência que, ao fazê-lo, designa a si próprio como poder. Em *De frente para o futuro: o conceito de nação nos processos de independência hispano-americana*, Fabio Wasserman critica o essencialismo e a teleologia presentes na forma como são costumeiramente tratados os temas das nações e dos nacionalismos. Para além destes ecos do romantismo, o autor nos apresenta uma pluralidade de significados existentes sobre a palavra nação no contexto das Independências da América Hispânica entre 1780-1830. Trata-se de um texto que, à luz de algumas diretrizes da História Conceitual de Reinhart Koselleck, desnuda a historicidade dos significados políticos e sociais e aponta para a necessidade de o historiador ter atenção às mudanças de sentido e significado, precavendo-se contra a naturalização dos significados na história. Como se vê, ambos os textos são desafiadores e complexos, vocacionados, cada um a seu modo, para a instrução de um debate aberto e crítico por excelência.

Paula Borges Santos e José Pedro Zúquete tomam como referência o caso português, ainda que em períodos diferentes – a primeira, analisando as origens do nacionalismo na I República, e o segundo, sua versão mais contemporânea, pós-25 de Abril. Nesse aspecto, a nacionalização do Estado Português no contexto da Primeira República é verificada enquanto a hipótese da narrativa sobre a soberania ter correspondência na representação política; assim Paula Borges Santos busca estabelecer se o nacionalismo teve uma matriz revolucionária ou tradicionalista e conservadora no contexto de rompimento da ordem política vigente. Em um contexto contemporâneo, Zúquete apresenta uma reflexão sobre a Lusofonia em torno de uma rede ambiciosa que é concebida e ativa no século XXI com o objetivo de redefinir e revalorizar a importância de Portugal, 40 anos após a Revolução dos Cravos.

João Fábio Bertonha analisa o clássico caso do nacionalismo italiano e sua perspectiva imperialista e apresenta ao leitor reflexões sobre o fascismo italiano como uma proposta sofisticada em termos teóricos, que tentou exercer a prática expansionista no período entre as duas guerras mundiais, entretanto, com erros que causaram desgraças ao povo italiano no âmbito da Segunda Guerra Mundial.

Cláudia Viscardi toma por referência o caso brasileiro, refletindo a concepção nacionalista autoritária de Francisco Campos, um dos mais importantes intelectuais vinculados ao Estado Novo de Getúlio Vargas, entretanto a importância da análise está na reflexão dos discursos parlamentares do jovem Campos como defensor das oligarquias situacionistas e do modelo liberal-oligárquico nos anos 20, explicitando alterações nos rumos políticos, uma vez que esteve ao lado dos revolucionários de 30 e foi um dos principais articuladores do golpe do Estado Novo ao lado de Vargas.

Paulo Roberto de Almeida e Luís Cláudio Villafañe Gomes dos Santos analisam a questão nacional brasileira a partir de suas relações internacionais, ou seja, do modo como o Brasil se colocou diante das demais nações e com isso reafirmou seus próprios interesses políticos, territoriais e mesmo de construção de uma nação. Nessa direção, Paulo Roberto de Almeida apresenta uma ampla reflexão na qual analisa os sentidos fundamentais da política externa e da inserção internacional do Brasil desde suas origens no século XIX, colocando assim em perspectiva histórica as tendências e condicionamentos contemporâneos deste aspecto da vida nacional. Luís Cláudio Villafañe Gomes dos Santos propõe por seu turno um exame do período fundamental de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a partir das caricaturas na imprensa referentes à atuação do chanceler brasileiro, que viria a constituir-se em patrono do Itamaraty e em figura simbólica da nacionalidade.

Com este conjunto de interpretações, cremos estar dando continuidade à vocação do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em priorizar o desenvolvimento e a difusão de perspectivas historiográficas qualificadas e com a melhor apetência crítica em torno dos principais temas em debate em nosso tempo.

Os Organizadores

Nacionalismos e política externa portuguesa no pós-25 de Abril¹

José Pedro Zúquete
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

*As pessoas têm um ideal para o país
que é muito maior do que o seu esqueleto.*
D. Manuel Clemente²

De cravos e de rosas

No dia 25 de abril de 2014, a Revolução dos Cravos, que pôs fim a quase cinquenta anos de ditadura, celebrou o seu quadragésimo aniversário. Em Portugal, fizeram-se conferências, colóquios, exposições, as televisões recorreram a imagens de arquivo, as revistas e os jornais encheram-se de memórias históricas e de opiniões sobre o evento, os políticos juraram mais uma vez fidelidade eterna aos valores de abril, e um pouco por todo o lado se falou do “significado” da revolução e sobretudo do seu “legado” para o Portugal dos nossos dias. Falar da Revolução de 25 de Abril de 1974, portanto, significa falar de um acontecimento que marcou a história do país, abriu um novo ciclo político e inaugurou uma Terceira República. Mas também de um acontecimento que mudou a história de famílias, muitas famílias, quer aquelas que estavam no Portugal continental, como as que estavam no que à época se chamava de Ultramar.

Quarenta anos depois, se há algo que passou para todo o sempre a estar associado na mentalidade colectiva portuguesa ao 25 de Abril é a ideia de Liberdade. Ainda recentemente o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa publicou um

¹ Este texto conjuga duas intervenções no âmbito de mesas-redondas em universidades brasileiras: no dia 9 de abril de 2014, no “Seminário Internacional Nacionalismo e Política: Portugal e Brasil”, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e no dia 24 de abril de 2014, no evento “Os Cravos de Abril: Os Quarenta Anos da Revolução Portuguesa (1974-2014)”, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Clemente, 2009: 31.

estudo de opinião onde se verifica que cerca de 60% dos portugueses consideram o 25 de Abril como o facto mais importante da história. Muito à frente da Batalha de Aljubarrota, ou das viagens de Vasco da Gama. Claro que esta percepção tem a ver com a proximidade histórica (é um episódio mais perto das pessoas), mas não deixa de ser relevante. Existe um antes e um depois – e se o antes era autoritário –, o depois, através da transição, passou a ser o Portugal de hoje, o Portugal democrático. E o 25 de Abril como um símbolo consensual, final, desse processo.

Mas se a um nível abstrato, difuso, essa ideia impera, se nós descermos ao concreto, ou seja, à opinião das pessoas sobre o funcionamento da democracia em Portugal (aquilo que os cientistas políticos chamam de “qualidade da democracia”), verificamos que, quarenta anos depois, para a maioria das pessoas, a tal promessa de um Portugal novo e democrático ainda está por cumprir. Um dos últimos Eurobarómetros (um inquérito europeu feito com regularidade), do outono de 2013, não deixa margem para dúvidas: dos 28 países da União Europeia, os portugueses são, de todos os europeus, os mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia (85% dos portugueses estão insatisfeitos – e em todos os grupos sociodemográficos).³ E resultados de 2015 confirmam a desconfiança, bem acima da média europeia, dos portugueses relativamente ao parlamento e ao governo da nação.⁴ “Abril” venceu, sim, mas o jogo está longe de ter acabado. Ainda falta muito para que os cravos se transformem em rosas.⁵

A Sereia Europeia

A Revolução Portuguesa – e o conseqüente desejo de refazer Portugal – desde cedo que esteve vinculada à ideia que era preciso integrar Portugal, decisivamente e definitivamente, na Europa. Até para sedimentar o novo regime político. Toda a política externa portuguesa, a partir de 25 de abril, se orientou nesse sentido.

A adesão a um projeto europeu teve o consenso das elites políticas no Portugal democrático. Era esse o caminho para a modernização de Portugal. O “destino” europeu de Portugal foi exaltado como talvez nunca tenha sido ao longo da história. José Medeiros Ferreira disse, em 1976, num discurso no Conselho da Europa, que com o 25 de Abril “Portugal volta por fim oficialmente à convivência com a Europa”. Esse era “um ato” que exprimia “a consciência do nosso destino histórico”. Era, nas palavras do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, “o regresso de Portugal às suas raízes continentais”.⁶

³ Eurobarómetro, 2013: 9, 10.

⁴ Eurobarómetro, 2015: 2.

⁵ Ver também *História Viva*, 2014.

⁶ Ferreira, 1976: 44.

O destino estava traçado. E o destino era europeu. Nos anos 80 ou 90 do século passado, não eram muitos os que falavam de Lusofonia como um “destino” alternativo para Portugal. Mas se existe algo que qualquer observador nota é que a palavra “lusofonia” explodiu literalmente no vocabulário. E essa explosão dá-se, sobretudo, na passagem do século XX para o século XXI.

Hoje em dia, em Portugal, é difícil não ler ou ouvir a palavra na mídia. É difícil não ouvir políticos a falar de Lusofonia como raiz e como horizonte da relação de Portugal com o mundo. E a todo instante nós vemos eventos/grupos que promovem a Lusofonia: o Grupo de Reflexão Lusófona, os Encontros da Lusofonia pela União dos Médicos Escritores e Artistas Lusófonos, os Encontros das Mulheres Lusófonas, os Congressos dos Mares da Lusofonia. Até os Jogos da Lusofonia já vão na quarta edição.

E por que agora? E eu aí penso que isso tem a ver, ou pelo menos está relacionado, em boa parte, com o fim do deslumbramento com a Europa. Seria fácil limitar-me a mostrar os resultados do último Eurobarómetro de 2013, que mostra que Portugal é o terceiro país da União Europeia que tem pior imagem sobre a União Europeia (apenas 22% dos portugueses veem a União Europeia de forma positiva).⁷ Mas por detrás da frieza dos números existe algo mais profundo nas mentalidades. É que progressivamente houve a constatação, e os momentos de crise económica, austeridade financeira e desemprego ajudam naturalmente a agravar esse sentimento, que o projeto Europeu não é suficiente. E assim se começou a falar cada vez mais 1) da necessidade de reposicionar Portugal em termos estratégicos, ou o regresso a uma “visão atlântica”⁸, 2) do mar como destino, ou “regresso ao mar”⁹, 3) dos povos de língua portuguesa espalhados pelo mundo, 4) enfim, da Lusofonia como realidade, como projeto e como sonho.

Só dentro deste contexto é que se entende que um ministro do governo de Portugal diga, em 2012, que “nos últimos 20 anos preocupamo-nos demasiado com a Europa, e se nós olharmos para a nossa história nós sabemos que cada vez que fomos empurrados para o oceano esses foram os momentos de maior glória da nossa história ... Portugal é tão mais forte quanto mais olha para o mundo”.¹⁰ E este comentário é apenas um sinal, entre tantos outros, dos novos tempos.

O mundo como âncora

E o que é a Lusofonia? A um nível básico: a Lusofonia faz referência aos oito países (nove, desde 2014) cuja língua oficial é o português, assim como às comunidades de origem portuguesa espalhadas pelo mundo. A um nível superior: a

⁷ Eurobarómetro, 2013: 3.

⁸ Lopes, 2011: 199.

⁹ *Diário de Notícias*, 2012.

¹⁰ Relvas, 2012.

Lusofonia representa uma rede ambiciosa e profunda que é concebida como uma comunidade de valores, interesses e afinidades comuns, e como uma maneira de redefinir e revalorizar a importância de Portugal no mundo contemporâneo.

Claro que esta visão lusófona tem uma dimensão obviamente pragmática, ou seja, tirar vantagem política, económica e cultural de uma relação especial entre países unidos pela mesma língua. De um ponto de vista utilitário é um passo lógico. Mas é importante não nos limitarmos a este entendimento da Lusofonia, sob pena de não entendermos uma importante dimensão, mais profunda e imaterial, da sua atração e do seu apelo na mentalidade colectiva do Portugal de hoje. E isso tem a ver com a identidade portuguesa e com o nacionalismo cultural que hoje se manifesta através da via lusófona.

A sua origem é a mitologia nacional. Esse nacionalismo cultural emerge das fontes histórico-culturais e sagradas da identidade portuguesa. E quais são elas?

- Em primeiro lugar, a ideia do excepcionalismo lusitano, a longa tradição de eleição na história de Portugal. O sentimento de que Portugal se enquadra na tradição dos povos missionários, eleitos para liderar e, no fim, transformar o mundo. Se à França, desde o início, se atribuiu a “Gesta Dei per Francos”, e a Inglaterra e os Estados Unidos, em diferentes momentos, foram vistos como a “Nova Israel”, também Portugal, na sua historiografia, foi visto como uma espécie de “menino Jesus das nações”, como notou esse psicanalista da história lusa chamado Eduardo Lourenço.¹¹ Nesta visão, que reemerge ao longo dos tempos de diferentes formas e feitios, o imaginário dos descobrimentos, e da expansão ultramarina, é fundamental.
- E daqui parte a segunda grande dimensão da mitologia nacional, ou seja, o universalismo português. A ideia é simples: é a ideia de que Portugal provou, ao longo da história, ter desenvolvido um modelo de convivência entre os povos que é superior. E é esse humanismo e ecumenismo português que distingue a experiência portuguesa no mundo.

A meu ver, a Lusofonia é a manifestação contemporânea, com novas vestes e novos ares, destes dois grandes esteios do nacionalismo cultural da nação portuguesa. E por isso, dentro desta perspectiva, a Lusofonia é um mito. E é um mito de refundação nacional: redefinir e revalorizar o papel de Portugal no mundo; reaproximar Portugal do seu destino; impulsionar e projetar o “modo português de estar no mundo” visto como único, ecuménico e humanista (como afirmou o economista e pensador português Ernani Lopes, e grande defensor da Lusofonia, “nós [nós portugueses] só somos nós quando formos para além de nós”)¹²; no fundo, mostrar que Portugal, embora hoje estatisticamente pe-

¹¹ Lourenço, 1988.

¹² Lopes, 2011: 265.

queno e geograficamente periférico, é, na sua natureza, um país grande. Por isso não é surpreendente que um “certo fascínio pelo império” persista nas narrativas identitárias portuguesas.¹³ O escritor António Lobo Antunes disse uma vez, numa entrevista, “eu acho insuportável ouvir que nós somos um país pequeno e periférico. Para mim, Portugal é central e muito grande”.¹⁴ Para um estrangeiro, estas palavras podem parecer um paradoxo, mas o comum do cidadão português, sem ter que pensar muito, entende aquilo que o escritor quer dizer. E é isso. É exatamente isso. É essa a razão mais profunda, e irresistível, do nacionalismo cultural português (Portugal universalista, um país de destino, um país que sendo pequeno é grande). Esse nacionalismo cultural é intuitivo e instantâneo. Naturalmente aceite, ele nem sequer é visto, ou racionalizado, como nacionalismo. E nós sabemos que uma ideologia, seja ela qual for, triunfa, ela verdadeiramente triunfa quando não é sentida como ideologia mas como senso comum. Ninguém pensa na composição química do ar que respiramos, limitamo-nos a respirar. O mesmo se passa com uma ideologia triunfante. E como os restos do império perdido, ela encontra-se em quase todo o lado.

E este traço mental português é ainda mais peculiar porque coexiste com um outro nacionalismo que, ao nível das elites e da opinião pública, é resolutamente rejeitado: o nacionalismo étnico (identificado com a extrema-direita, marginal e eleitoralmente insignificante).¹⁵ Ao contrário da visão do mundo da Lusofonia que vê Portugal como enraizado em valores espirituais e culturais ligados ao expansionismo além-mar, este etnonacionalismo entende Portugal unicamente como algo enraizado num povo, dentro de um território físico e concreto. E qual é o mapa mental que guia estes etnonacionalistas? É a ideia-motora que Portugal está num período insuportável de decadência – perda de soberania e de identidade – causada pela globalização, por entidades supranacionais e por políticas “criminosas”, como a abertura de fronteiras, que minam e corrompem as raízes profundas do povo português. E tudo isto com a colaboração dos políticos, traidores da pátria. Este é o diagnóstico. Qual a cura? O renascimento da nação exige a homogeneização étnica no território original onde ao longo dos séculos a comunidade “indígena” se formou – e daqui surgem ideais de pureza e a rejeição de elementos “estranhos” e subversores da autêntica cultura e etnia lusitanas (políticas anti-imigração, encerramento das fronteiras, rejeição de organizações transnacionais). Este nacionalismo étnico representa o “Portugal que não se mistura” – e defende esse Portugal. E este nacionalismo étnico trava uma batalha desigual, e condenada a partida, contra o nacionalismo cultural da Lusofonia, promovido de várias maneiras

¹³ Sobral, 2012:93.

¹⁴ Antunes, 2008: 18.

¹⁵ Ver Zúquete 2013; Marchi 2010.

pelo Estado português, pela sociedade civil, pela comunicação social. E esse nacionalismo cultural tem como símbolo o “Portugal que sempre se misturou”.

É que a Lusofonia é uma corrente transversal à sociedade portuguesa. Ela não se identifica primariamente com nenhuma corrente ideológica, nem com nenhuma força política. Ela existe para além de uma simples divisão entre Direita e Esquerda. Mas supera essa divisão. E isso é claramente visível nas políticas dos governos portugueses desde o final do século XX. E é também a partir dessa altura que a Lusofonia é definida como uma “prioridade” da política externa portuguesa.¹⁶ A Lusofonia navega num mar comum às principais correntes dominantes, *mainstream*, respeitáveis, da sociedade portuguesa.

II CONGRESSO DA CIDADANIA LUSÓFONA

PASC
PLATAFORMA ACTIVA DA SOCIEDADE CIVIL

Que Prioridades na Cooperação Lusófona?

Sociedade de Geografia de Lisboa
16 de Abril de 2014

COORDENAÇÃO

MIL : Movimento Internacional Lusófono & Sphaera Mundi: Museu do Mundo

COMISSÃO COORDENADORA

AAACM: Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar; APE - Associação dos Antigos Alunos dos Pupilos do Exército; APG - Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos; API - Associação Portuguesa de Imprensa; AT - Associação Timorense; C&A - Associação Círculo d' Autor; CAVITOP - Centro de Apoio a Vítimas de Tortura; Portugal; DARIACORDAR - Associação Contra o Desperdício; IDP - Instituto da Democracia Portuguesa; Médicos do Mundo.

APOIOS

Câmara Municipal de Lisboa . Centro Nacional de Cultura
Gabinete para os Meios de Comunicação Social . Instituto Camões
Instituto Internacional de Língua Portuguesa . Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI
Sociedade de Geografia de Lisboa . Sociedade História da Independência de Portugal
União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Para mais informações:
www.cidadanialusofona.webnode.com

CONTACTOS
Sede do MIL: Palácio da Independência - Largo de São Domingos, nº11 - 1150-320 Lisboa
Telefone: (+351)967 044 286
E-mail: info@movimentolusofono.org

Figura 1: “Um dos muitos exemplos de promoção da Lusofonia no século XXI”.

¹⁶ Ver, por exemplo, Portas, 2011.

A “maneira portuguesa” de ver o mundo

E reparem: não é um acaso que seja exatamente neste período histórico que se dê um impulso decisivo para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, em 1996. Independentemente das motivações utilitárias, pragmáticas e comerciais que estiveram também na sua origem, há algo mais profundo subjacente ao interesse português. O documento fundador descreve estes países como partilhando uma “identidade única” reforçada por uma língua que difunde globalmente os seus valores culturais de uma forma aberta e “universalista”.¹⁷ António Pinto Ribeiro, ministro da Cultura num dos governos socialistas, revela esse lado mais intercultural e espiritual da empresa, quando afirma [e eu cito] “politicamente a miscigenação é o futuro. Ou seja, os indivíduos são os mesmos, mesmo que sejam diferentes, isso é aquilo que nós [portugueses] somos, isso é aquilo que nós [portugueses] fizemos. Entender isto é entender a CPLP”.¹⁸

Eu poderia dar outros exemplos de afirmações deste tipo na história recente, de cronistas, políticos, deputados ou governantes que revelam à exaustão esta narrativa de eleição que gira à volta da “forma portuguesa de estar no mundo”, do “modo de ser português”, invariavelmente visto como intercultural, ecuménico, humanista e cosmopolita – e a CPLP e a Lusofonia como manifestações, como frutos dessa “vocaçãõ” universalista, como um dia afirmou o então Ministro dos Negócios Estrangeiros português, José Manuel Durãõ Barroso.¹⁹

E pensem no seguinte: o debate sobre o acordo ortográfico e a procura de uma plataforma comum durou quase 100 anos, mas foi só a partir do final do século passado que o projeto avançou, levando à sua aprovação definitiva. Existiram críticas (e as críticas continuam, o debate apaixonado até aumentou nos últimos tempos, assim como os problemas de implementação do acordo), mas inicialmente houve um consenso generalizado em nível político.²⁰

E isso tem um significado. Mais do que um simples retoque na linguagem, existe toda uma estratégia de poder por detrás, que vê no acordo um passo inicial necessário para o fortalecimento de um espaço geolinguístico e a implementação de uma estratégia cultural e política no mundo. Veja-se, e é apenas um exemplo, a posição da anterior presidente do Instituto Camões, Simonetta Luz Afonso – que descreve a língua como um “instrumento de poder”.²¹ E ninguém podia dar maior legitimidade a esta visão do que o próprio presidente da República, que vê no português, no âmbito da CPLP, “um instrumento essencial

¹⁷ CPLP 1996.

¹⁸ *Lusa*, 2008.

¹⁹ Barroso, 1995b: VIII.

²⁰ Sobre este assunto ver Zúquete, 2008.

²¹ Afonso, 2008.

para afirmar internacionalmente os nossos países e *a nossa maneira de ver o mundo*". A língua é, assim, muito mais do que um instrumento de comunicação, a) ela contém valores, b) encerra uma visão lusófona, e c) é uma fonte de poder para a "nossa maneira de ver o mundo".

O mar alto da lusofonia

No Portugal de hoje nem todas as pessoas sentem o chamamento da Lusofonia da mesma maneira. Esta manifestação do nacionalismo cultural luso existe numa escala que contém diferentes níveis de intensidade, que vai desde a indiferença à efervescência.

Nesta escala, a corrente de pensamento agregada ao Movimento Internacional Lusófono (MIL) encontra-se no topo. Este movimento, fundado em 2008, tem membros de todos os países da CPLP e muitos brasileiros, e tem como órgão principal a revista Nova Águia. Aqui, o imaginário lusófono surge em toda a sua intensidade e expansionismo; até abranger, para os militantes da Lusofonia redentora, o mundo inteiro.

Como afirma o seu manifesto: "Portugal e a comunidade lusófona poderão ser uma espécie de pátria alternativa mundial, embrião dessa possível comunidade planetária futura cuja visão é tão presente na nossa tradição". Assim, a Lusofonia representa um "serviço prestado a toda a humanidade", levando, se se cumprir a sua promessa, a um "mundo novo".²²

Para os apóstolos da Lusofonia, o modelo de civilização superlativo que Portugal gerou em contacto com as ex-colónias, visto como sincrético, fraternal e harmónico, contém a chave ética e espiritual para pôr termo à globalização atual e desumana do materialismo, do egoísmo e do consumismo. Deste modo, a Lusofonia adquire os contornos e o conteúdo, para estes apoiantes, de uma globalização alternativa.

Veja-se como esta ideia está presente, por exemplo, num livro de 2012 do filósofo português Miguel Real:

Face à situação atual profundamente desequilibrada entre os continentes, esvaziadora da esperança; face ao alto grau de conflitualidade política e religiosa existente; face a um sistema económico mundial assente na exploração intensa das grandes massas e na especulação financeira, a novel comunidade lusófona, a existir como comunidade, deverá provocar uma espécie de choque cultural radicalmente subversor dos valores dominantes no mundo contemporâneo.²³

²² Nova Águia, 2008.

²³ Real, 2012: 137.

Ou seja, a criação de um “bloco civilizacional lusófono” – que constitua “um exemplo para os outros povos do mundo” e que sirva de contrapeso ao falhanço do modelo “anglo-saxónico de civilização”.²⁴

De acordo com esta visão, a convergência dos países da Lusofonia deve ser absoluta e englobar todas as áreas, incluindo, decisivamente, a convergência política. Por isso, o MIL defende propostas como a refundação da CPLP como União Lusófona, a criação de um parlamento lusófono, um passaporte lusófono, ou uma força lusófona de manutenção de paz. E este movimento, embora pouco conhecido, não é insignificante. Tem uma intensa atividade cultural, e o apoio de figuras como Mário Soares, Adriano Moreira, Fernando Nobre ou Ximenes Belo.

De qualquer forma, esta representa apenas uma demonstração mais exuberante, mais efervescente, de um credo lusófono que, como já foi referido, está muito bem representado, também noutros sectores. E esse credo tem a alimentá-lo a ideia, que é expressa de forma explícita ou implícita, de que o destino de Portugal se cumpra através da Lusofonia.

A longa travessia

Mas a marcha da Lusofonia no século XXI, não obstante os desejos, realistas ou irrealistas, tem a percorrer um longo caminho, árduo e potencialmente tortuoso.

– A começar pela terminologia, pois o termo “lusófono” gera desconforto, visto que ao remeter especificamente para a origem portuguesa, corre o risco, para os opositores, de legitimar uma visão hierárquica de um projeto que deveria ser horizontal, pois engloba as experiências de vários países.

Não é de admirar, portanto, que em certos meios académicos, nomeadamente anglo-saxónicos, se evite a palavra “lusofonia”, e o seu uso é visto como politicamente incorreto.

Além disso, muitos habitantes de países oficiais de língua portuguesa, nomeadamente em África, não falam a língua, o que coloca entraves à sua designação como lusófonos. Esta realidade, contudo, está a ser gradualmente alterada e nesses países são cada vez mais os falantes da língua.

– Mas o que é um facto é que, quer em Portugal, quer noutros pontos do espaço lusófono, muitos críticos veem na Lusofonia pouco mais do que uma “ideologia colonial revitalizada”, uma mera ferramenta ideológica para manter o papel civilizador do ex-colonizador na época contemporânea. Em Portugal, Alfredo Margarido escreveu um pequeno texto, no ano 2000, sobre a Lusofonia

²⁴ Epifânio, 2010: 116-17.

como um “novo mito português”. E é esse o seu argumento principal, ou seja, a Lusofonia seria uma tentativa desesperada de recuperar o império.²⁵

Aliás, este é um discurso muito utilizado em África, contra Portugal, quando surgem divergências diplomáticas. O *Jornal de Angola*, por exemplo, é incansável na denúncia do que chama de “neocolonialismo” luso cada vez que as posições dos governos ou da justiça portuguesa não agradam ao *status quo* angolano.²⁶ Mas logo em 1978, Samora Machel, então Presidente de Moçambique, numa cerimónia da Organização de Unidade Africana (OUA), alertava: “os colonizadores utilizam agora para nos dividir conceitos como francofonia, anglofonia, e até mesmo a lusofonia”.²⁷ Embora, no caso da CPLP, e ao contrário das outras duas organizações (como a Commonwealth – 1949; e a Francofonia – 1970), a sua criação não foi logo imediata ao fim das colónias (isso só aconteceu mais de 20 anos depois).

Esta questão deve ser problematizada, e não deve haver uma generalização. Ao longo do tempo, muitos devotos da Lusofonia e de projetos de constituição de uma comunidade afro-luso-brasileira não eram portugueses de nacionalidade. Veja-se, apenas e só a título de exemplo, a figura do ex-presidente do Senegal, Leopold Senghor, nos anos 70, um dos primeiros a falar explicitamente em Lusofonia e na importância do “grande desígnio de um humanismo lusófono e moderno”.²⁸ E alguns dos maiores mentores e impulsionadores da criação da CPLP são brasileiros (como, por exemplo, o embaixador José Aparecido de Oliveira). O prémio da CPLP (instituído em 2014) para as personalidades lusófonas de destaque, tem, aliás, o nome do político mineiro brasileiro. De qualquer forma, tem que haver alguma precaução quanto à ideia de que a Lusofonia é inevitavelmente apenas e só uma “ideologia colonial” portuguesa. Pelo menos deve reconhecer-se que ela engloba uma realidade histórica viva e complexa, com múltiplos contributos, e que por isso não pode ser vista de uma forma simplista e redutora.

A título de curiosidade: Durão Barroso, como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, nos anos 90, sentia sempre a necessidade de afirmar em público que a CPLP era uma “proposta brasileira” que os portugueses tinham aceite.²⁹ Exatamente nesta perspectiva de “fugir” da acusação de neocolonialismo.

– Mas o expansionismo lusófono debate-se com um outro grande obstáculo. É certo que o Brasil, pelo seu peso demográfico e crescente poderio económico, político e cultural, assume-se, naturalmente, como a força propulsora da Lusofonia na atualidade. E esse papel de líder é reconhecido, e até esperado,

²⁵ Margarido, 2000.

²⁶ Por exemplo, *Jornal de Angola*, 2013.

²⁷ *Jornal Novo*, 1978: 20.

²⁸ *Flama*, 1975.

²⁹ Barroso, 1995a: 80.

pelos defensores do projeto. Assim, António Monteiro, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros (2004-5), deu voz a esta realidade afirmando, em 2010, “Temos uma língua que tem poder a escala mundial e esse poder é o Brasil”.³⁰

Se há uma palavra que define as relações luso-brasileiras é a palavra “lirismo”, ou o discurso grandiloquente da “boa vontade”, das “raízes comuns”, da “união fraternal”, etc. Desde cedo que foi assim, mesmo que, e também desde cedo, no nível intelectual certas vozes apregoem que o mal de origem do Brasil advém da lusitanidade.³¹ Mas esse lirismo, essa política romântica das intenções, é como que um fio condutor que atravessa todos os regimes dos dois lados do Atlântico. As intenções estão bem presentes ao longo do século XX e, nos anos 40, o Presidente Getúlio Vargas teve uma afirmação que teve grande repercussão na mídia portuguesa da época: “nada do que acontece no Brasil pode ser indiferente a Portugal, da mesma forma que nada que diga respeito a Portugal pode ser indiferente ao Brasil”.³² A primeira parte da equação, hoje em dia, até faz sentido. A cultura popular brasileira, do entretenimento à música, penetrou claramente a sociedade portuguesa. E até na comunicação social seguem-se as eleições brasileiras com interesse. Mais problemática é a parte que respeita ao “Portugal no Brasil”. Existe um enorme desconhecimento, no nível das massas, do que se passa ou produz em Portugal. A indiferença é a norma. E essa realidade choca com o que tem proclamado, ao longo dos tempos, a classe política brasileira. Como o presidente eleito Tancredo Neves que, na sua visita a Portugal em 1985, no seu discurso à Assembleia da República, afirmou o seguinte: “Não existe hoje um só brasileiro que ao acordar não tenha dois pensamentos: um voltado para Deus, e outro para Portugal.”³³ E de uma forma ou doutra, com mais ou menos floreios, este discurso mantém-se ao longo dos tempos, e dos dois lados do Atlântico.

A Lusofonia será tanto mais forte quanto maior for o empenho do Brasil: é esta a lógica. Mas essa intenção esbarra com uma política externa brasileira que se rege, como tantas outras, pelo realismo e os tais “interesses egoístas” noutros espaços, e mercados, não lusófonos (como, por exemplo, o Mercosul ou os BRICS). É comum ouvir dizer-se que, desde o início do século, o empenho brasileiro na Lusofonia tem sido mais visível. Mas resta saber se alguma vez será suficiente. Porque, e sem lirismos, o realismo diz-nos que a Lusofonia será tanto mais forte quanto maior for a consciência do Brasil de que pode lucrar com ela, numa perspectiva de interesse próprio. E, até o momento, esse interesse parece ser mais propagandeado do que realmente efetivado.

³⁰ *Notícias Lusófonas*, 2010.

³¹ Ver, por exemplo, Paredes, 2011.

³² *O Globo*, 1942.

³³ *Correio da Manhã*, 1985.

– Para complicar a imagem, talvez pueril, que se tem da Lusofonia (e, por conseguinte, da CPLP) como primariamente uma comunidade de valores, assente na língua e na defesa de um património imaterial e histórico comum, acelerou-se a tendência (e o perigo, para alguns) da sua transformação, ou mutação, para uma espécie de clube de negócios. A adesão à CPLP, e a integração no Bloco Lusófono, em julho de 2014, na décima cimeira da organização em Timor-Leste, da Guiné Equatorial (o que aumentou para nove o número de estados-membros), um país que só marginalmente comunga desse imaginário histórico e cultural, mas que acrescenta, contudo, um peso energético e petrolífero importante à comunidade, simboliza esse reforço cada vez maior daquilo que o Primeiro-Ministro Português Pedro Passos Coelho chamou de “lusofonia económica” e “lusofonia energética”.³⁴ Mesmo que a população do novo estado-membro não fale a língua (apressadamente reconhecida como “oficial”) ou que o seu executivo ditatorial não partilhe dos valores humanistas que estão na base da CPLP e que, supostamente, distinguem a ação “ecuménica” e “universalista” da experiência portuguesa no mundo. Talvez por isso, e mesmo com essa atração irresistível pelos benefícios económicos, Portugal tenha sido o último país a aceitar, relutantemente, ao fim de um processo que durou anos, e sob pressão dos outros estados-membros (como o Brasil e Angola), a entrada do novo estado africano na organização.³⁵

– Finalmente, é difícil não ter consciência do elitismo de muitas destas dinâmicas associadas à Lusofonia. Embora ela assente na língua, que é “democraticamente” partilhada por todos, com sotaque ou não, os projetos a ela associados correspondem muitas vezes a interesses, desejos e sonhos de elites políticas, elites económicas e, sobretudo (embora a sua influência possa estar a desvanecer-se), de elites culturais.

Pelo meio, existe um enorme desconhecimento e despreendimento popular, relativamente à construção da Lusofonia como uma via possível para um futuro comum e integrado de todos os países de língua portuguesa. Pode até dizer-se que existe um “*deficit* democrático” nesse sentido.

Em suma, talvez o mais inultrapassável dos obstáculos seja o de sentir que a realidade é sempre a maior madrasta do lirismo dos poetas, dos sonhos dos pregadores, e dos projetos grandiosos de políticos desprevenidos.

³⁴ *Lusa*, 2014.

³⁵ Sobre este tem ver, por exemplo, *Público*, 2014.

Em busca de um imaginário global

Independentemente destas considerações, e até como forma de conclusão, o que é certo é que este debate sobre a Lusofonia pode levar-nos a uma discussão mais académica, ou conceptual, se quisermos.

Sobre nacionalismo: por exemplo, relativamente a conceitos que tem sido usados mais recentemente, exatamente devido à intensificação dos processos da globalização, como o de “nacionalismo cosmopolita”. Ou seja, a ascensão no mundo de um nacionalismo mais aberto, inclusivo e que tem o globo como referência; uma reorientação do nacionalismo para fins mais transnacionais. Isso pode ter um fundo de verdade no caso da Lusofonia mesmo que as raízes portuguesas desta crença lusófona estejam bem presentes. Embora o objectivo final possa ser um projeto global transnacional e transcontinental, ele está ligado culturalmente e espiritualmente à identidade nacional portuguesa. Embora, como já foi dito, a Lusofonia não deva ser reduzida apenas a essas origens, não é de estranhar que seja exatamente em Portugal que o apelo da Lusofonia tenha maior sucesso, e que continue a ser um conceito mobilizador, quer através do Estado, quer através da sociedade civil. De qualquer forma, o imaginário lusófono é um imaginário global, ou seja, tem um sentido do global, que parte do nacional, e que ajuda também a moldá-lo.³⁶ O sociólogo Manfred Steger diz mesmo que esse é o caminho das novas ideologias. Elas já não vão ser mais apenas nacionais, mas cada vez mais têm o globo como referência (veremos se será mesmo assim).³⁷ De qualquer forma, este imaginário lusófono enquadra-se bem nesta discussão de imaginários.

Mas este debate sobre a Lusofonia pode gerar uma incursão pela geopolítica. Porque a própria geopolítica da Lusofonia (a chamada “Lusofonia global”), esse ideal de criação de um bloco linguístico, unido por uma língua e valores comuns, e portanto um bloco potencialmente geopolítico, pode ser entendida como parte de um mundo multipolar em construção. Ou seja, pode ser enquadrado num discurso contra-hegemónico, uma afirmação de diversidade e distinção (neste caso dos países de língua portuguesa), no seio das dinâmicas de uniformização da globalização dominante. Esta tentativa de afirmação de um espaço lusófono, com todos os seus defeitos de origem, seria, simultaneamente, uma resistência à globalização atual, e uma tentativa de a superar através de um projeto transnacional diverso e autónomo. Dessa forma, e tirando partido dos processos da globalização (da compressão do tempo e do espaço), a Lusofonia seria um exemplo do aparecimento de “novas formas de comunidade política,” e “novas visões de uma política integrada,” que refletem “comunidades de consciência

³⁶ Ver por exemplo, Rodrigues, 2008.

³⁷ Steger, 2009.

transnacionais,³⁸ assentes em novas formas de mobilização que ultrapassam as fronteiras nacionais e reconfiguram as identidades nacionais.

Talvez estes sejam novos caminhos que se esperam redentores para Portugal, 40 anos depois da outra luz redentora, a do 25 de Abril de 1974.

Referências

- AFONSO, Simonetta Luz. Entrevista em *Expresso*, 25 de abril, 2008.
- ANTUNES, António Lobo. Mais dois, três livros e pararei. *JL – Jornal de Letras e Ideias*, ano XXVI, n.º 941, 25 de outubro, p. 18, 2008.
- BARROSO, José Manuel Durão. *A Política Externa Portuguesa; Seleção de discursos, conferências e entrevistas do Ministro dos Negócios Estrangeiros (1994-1995)*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995a.
- BARROSO, José Manuel Durão. *Cooperação Portuguesa. Portugal: Dez anos de Política de Cooperação*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995b.
- CLEMENTE, D. Manuel. Há uma desmesura que nos explica como portugueses. *Ípsilon*, 25 de setembro, p. 31, 2009.
- COELHO, Pedro Passos. *Discurso de Posse como Primeiro-Ministro de Portugal*, Lisboa, 24 de junho, 2011.
- CORREIO DA MANHÃ. *Brasileiros acordam a pensar em Portugal*, 29 de janeiro, p. 20, 1985.
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Declaração Constitutiva. Disponível em: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/CPLP/CPLP-D-Constitutiva_e_estatutos.htm, 1996.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Edição Especial: Como o nosso futuro vai voltar a passar pelo mar*, 10 de junho, 2012.
- EPIFÂNIO, Renato. *A Via Lusófona: Um Novo Horizonte para Portugal*. Sintra: Zéfiro, 2010.
- EUROBARÓMETRO. Standard 80/Outono. Relatório Nacional: Portugal, 2013.
- _____. Standard/83. Relatório Nacional: Portugal, 2015.
- FERREIRA, José Medeiros. *Elementos para uma política externa do Portugal contemporâneo*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1976.
- FLAMA. *Primeiro estadista Africano a visitar Portugal*, janeiro, pp. 18-21, 1975.
- GOODMAN, James. Reflexive Solidarities. In: GOODMAN, James; JAMES, Paul (Org.). *Nationalism and Global Solidarities*. London: Routledge, 2007, pp. 187-204.
- ORTIZ, Fábíola. O que restou da revolução dos cravos. *História Viva*, junho, pp. 42-45, 2014.
- JORNAL DE ANGOLA. *Adeus Lusofonia*, 21 de outubro. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/editorial/adeus_lusofonia, 2013.
- JORNAL NOVO. “Samora Machel na OUA: ‘Colonizadores utilizam agora a lusofonia’”, 20 de julho, p. 20, 1978.

³⁸ Goodman, 2007

- LOPES, Ernâni Rodrigues. *A Lusofonia - Uma Questão Estratégica Fundamental*, Lisboa: Jornal Sol, 2011.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Public. D. Quixote, 1988.
- LUSA. *Pinto Ribeiro anuncia estudo sobre valor económico da língua portuguesa*, Lusa – Agência de Notícias de Portugal, 10 de junho, 2008.
- LUSA. *PM/Timor-Leste: Passos confiante no potencial da 'lusofonia económica' e 'lusofonia energética'*, 24 de julho, 2014.
- MARCHI, Riccardo. *Il Partito Nazionale Renovador: La nuova estrema destra portoghese. Trasgressioni: Rivista Quadrimestrale di Cultura Politica*, 50, Anno XXV, n. 1-2, Gennaio-Agosto, pp. 57-80, 2010.
- MARGARIDO, Alfredo. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- NOTÍCIAS LUSÓFONAS. “Não há donos da língua”, afirma o embaixador António Monteiro, ex-ministro português dos Negócios Estrangeiros”, 24 de março. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=25839&catogory=Manchete>, 2010.
- NOVA ÁGUIA. Manifesto Nova Águia. In: *Nova Águia: Revista de Cultura para o Século XXI*, n.º 1, I semestre, pp. 7-13, 2008.
- O GLOBO. *A imprensa de Portugal e as palavras do Sr. Getúlio Vargas*, 9 de setembro, 1942.
- PAREDES, Marçal de Menezes. A Ibéria como mal-de-origem: Organicismo e tribunal da História em Manoel Bomfim. In: PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo (Org.). *História das Ideias: Proposições, Debates e Perspectivas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. pp. 205-234.
- PORTAS, Paulo. Entrevista. In: *Expresso*, 24 de setembro, 2011.
- PÚBLICO. “Como Obiang isolou Portugal e fez xeque-mate em Fevereiro”, 6 de julho. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/obiang-isolou-portugal-e-fez-xequemate-em-fevereiro-1661688>, 2014.
- REAL, Miguel. *A Vocação Histórica de Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.
- RELVAS, Miguel. Miguel Relvas elogia ‘juventude bem preparada’ que emigra. In: *Lusa*, 7 de janeiro, 2012.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins (org.). *Futuro e História da Lusofonia Global*. Lisboa, IICT, 2008.
- SILVA, Aníbal Cavaco. In: VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Centro Cultural de Belém, 25 de julho, 2008.
- SOBRAL, José Manuel. *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.
- STEGER, Manfred. Political Ideologies and Social Imaginaries in the Global Age. *Global Justice: Theory Practice Rhetoric*, 2, pp. 1-17, 2009.

ZÚQUETE, José Pedro. Beyond reform: the orthographic accord and the future of the Portuguese language. *South European Society & Politics*, 13 (4), pp. 495-506, 2008.

_____. Conclusion. Between Land and Sea: Portugal's Two Nationalisms in the Twenty-First Century. In: MANUEL, Paul Christopher; LYON, Alynna e WILCOX, Clyde (Org.). *Religion and Politics in a Global Society Comparative Perspectives from the Portuguese-Speaking World*. Lanham: Lexington Books, pp. 205-226, 2013.